



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 143 / XIII / 4.ª SL

Aos 20 dias do mês de setembro de 2018, pelas 14 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, no formato de Mesa e Coordenadores, com a seguinte,

Ordem do Dia:

Audiência das Comissões Temáticas do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Compareceram pela delegação visitante:

Flávio Alves Martins, Presidente do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Comissão Temática sobre o ensino de português no estrangeiro, da cultura, do associativismo e da comunicação social

- José Fernando Campos da Silva Topa
- Paulo Marques
- Maria Alzira de Sousa Leal da Silva
- Manuel Pinto Pereira Viegas
- Helena Sofia Correia Batista Rosa Rodrigues
- Sílvia Maria Lobo Araújo Renda
- Alfredo Stoffel

Comissão temática para as questões sociais e económicas e dos fluxos migratórios

- António de Freitas
- Gabriel Silva Marques
- Gilberto Pereira Martins
- Maria Violante Mendes Martins
- Manuel Cardia Lima

Comissão Temática para as questões Consulares e da participação cívica

- José Duarte de Almeida Alves
- Rui Manuel Ribeiro Barata
- Vasco Pinto de Abreu
- Paulo Jorge de Jesus Martins
- Sérgio Manuel Miranda Tavares



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Foi dado início à sessão, presidida pelo senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, o qual deu as boas-vindas aos membros das Comissões Temáticas do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), a quem foi explicado o modelo de funcionamento da audiência solicitada e, seguidamente, concedida a palavra.

Tomou a palavra o senhor Presidente do Conselho Permanente do CCP, **Conselheiro Flávio Alves Martins**, para agradecer a disponibilidade da Comissão e frisar a necessidade de reafirmar a autonomia do CCP, garantindo os meios necessários à execução do seu trabalho, aludindo à discussão do orçamento deste órgão. Seguidamente, passou a palavra aos membros das Comissões Temáticas.

Tomou a palavra o senhor **Conselheiro Paulo Martins**, membro da Comissão temática para as questões Consulares e da participação cívica, para relevar a importância do recenseamento automático, frisando tratar-se de uma pretensão antiga do CCP, agora realizada, e que o sucesso desta medida, que visa aumentar a participação eleitoral das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, requer um esforço de todos, manifestando a total disponibilidade dos senhores conselheiros para desenvolver trabalho nesse sentido. Solicitou maior sensibilidade para esta temática, sugerindo que sejam efetuadas consultas prévias junto do CCP sobre a definição das campanhas eleitorais na diáspora. Manifestou também a sua preocupação com o aumento da abstenção, dado que o universo de eleitores na diáspora aumentou para 1.400.000 votantes, fruto da alteração ao Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral. Neste sentido, considerou crucial a introdução de mecanismos e políticas centradas no combate ao abstencionismo, referindo, em particular, a implementação do voto eletrónico, previsto na Lei, instando as autoridades portuguesas a criar os mecanismos necessários à realização de um projeto piloto nesta área. Mais disse que o CCP tem vindo a desenvolver esforços no sentido de sensibilizar o decisor político para o tema, reiterando a necessidade de existir vontade para que este projeto piloto se realize. Sobre o voto postal, considerou existir espaço para melhorar, sugerindo a introdução de um modelo híbrido, no qual o tratamento do voto postal é efetuado a nível consular, em conjunto com a votação presencial, centralizando no consulado toda a contagem dos votos e ficando esta entidade responsável por reportar os resultados finais à Comissão Nacional de Eleições. Mais disse que o CCP deve estar representado na Comissão Nacional de Eleições, solicitando ao Parlamento que introduza



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

uma iniciativa nesse sentido. Concluiu, agradecendo a disponibilidade dos senhores Deputados e pedindo celeridade na tramitação destes temas.

Seguidamente tomou a palavra o senhor **Conselheiro Fernando Topa**, membro da Comissão temática sobre o ensino de português no estrangeiro, da cultura, do associativismo e da comunicação social, que iniciou a sua alocução questionado sobre eventuais medidas legislativas, direcionadas a introduzir o português técnico no sistema profissionalizante e a promover a regeneração do movimento associativo na diáspora. Referindo-se à situação na Venezuela, frisou que no contexto atual, não se trata apenas de proteger bens económicos, mas sim preservar a saúde e vida das pessoas, alertando para casos, no seio da comunidade portuguesa residente na Venezuela, onde se morre por ausência de medicamentos. Concluiu, manifestando o seu desagrado por parlamentares que defendem um Estado que não valoriza as contribuições da comunidade portuguesa.

De seguida, tomou a palavra o senhor **Conselheiro António Freitas**, membro da Comissão temática para as questões sociais e económicas e dos fluxos migratórios, para questionar se estão planeadas novas medidas que visem terminar com a dupla tributação de portugueses residentes no estrangeiro e solicitar que o Parlamento promova iniciativas que visem assegurar trabalho, habitação e formação a portugueses emigrados que optem por regressar a Portugal, sugerindo, nesse sentido, a criação de linhas de crédito. Deu também nota da necessidade de assegurar equivalências no quadro da formação académica e profissional, essencial à integração de jovens e adultos qualificados no mercado de trabalho.

Registaram-se seguidamente as intervenções abaixo sintetizadas, por parte do(a)s Senhore(a)s **Deputado(a)s**:

Carla Cruz (PCP), que começou por cumprimentar os senhores Conselheiros, referindo que o GPPCP sempre relevou o papel do CCP na ligação com a diáspora, e que as preocupações elencadas na presente audiência não são novas, referindo, em particular, temas como o apoio ao associativismo, a questão do ensino do português no estrangeiro e a participação política e eleitoral das comunidades portuguesas. Mais disse, sobre as propostas de melhoria apresentadas no âmbito das alterações à Lei eleitoral e ao Regime Jurídico do Recenseamento, que estas carecem de uma discussão coletiva no grupo parlamentar, não podendo, naquele momento, assumir uma posição definitiva sobre a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

matéria, questionando se a Comissão temática produziu algum memorando de entendimento sobre estas temáticas. No que se refere à Venezuela, frisou que o GPPCP tem desempenhado o seu papel, recordando a aprovação, em plenário, de um projeto de resolução, proposto pelo PCP, recomendando que o Governo acione os meios necessários a apoiar aqueles portugueses que optem pelo regresso. Mais disse que a situação que a Venezuela está a viver não pode ser branqueada dos fatores que contribuíram para o seu agravamento, referindo, em particular, ingerências externas e internas. Concluiu, frisando que o PCP sempre demonstrou preocupação pela diáspora e que prova disso é o trabalho desenvolvido sobre o tema.

José Cesário (PSD), que iniciou a sua alocução agradecendo aos senhores Conselheiros e manifestando a sua satisfação pelos passos dados no sentido de resolver alguns dos problemas elencados no decorrer da audiência. Em resposta às questões colocadas, referiu que o GPPSD encara as alterações à legislação eleitoral como uma excelente oportunidade para reduzir a abstenção nos círculos eleitorais fora de Portugal. Caso o abstencionismo aumente, frisou, incorre-se o risco de transmitir uma imagem menos positiva do trabalho desenvolvido até à data, frustrando expectativas, lembrando a necessidade de participação em todos os atos eleitorais, incluindo a eleição do CCP. Mais disse que persistem aspetos importantes, relativos às alterações legislativas efetuadas, que carecem de regulamentação da parte do Governo, dando como exemplo o caso do voto eletrónico, cujo projeto piloto proposto, frisou, ficou muito aquém das expectativas. Sobre o tema Venezuela, manifestou a sua preocupação com o agravamento da conjuntura naquele país, lembrando também o caso dos Portugueses que optaram por regressar e que estão a ser confrontados com graves dificuldades. Neste sentido, lamentou que a Assembleia da República não tenha aprovado um projeto para a criação de um centro de apoio aos emigrantes que regressam a Portugal, lembrando a existência de outras zonas geográficas com contextos complexos como África do Sul, Moçambique e Angola. No que se refere à degradação dos serviços consulares, informou que a situação permanece grave, com dificuldades na rede consular externa e nos serviços em Portugal. Manifestou ainda preocupação com a rede de Ensino do Português no Estrangeiro, frisando que no Governo anterior, esta rede contemplava 317 horários e que a rede atual está fixada nos 293, precisamente num período em que a emigração aumentou. Sobre o envelhecimento dos dirigentes associativos, relevou a necessidade de o Governo retomar, com urgência, programas de formação e sensibilização, que permitam colmatar esta tendência. Concluiu, destacando o contributo dos Portugueses da diáspora para a economia Portuguesa.



Paulo Pisco (PS), que igualmente saudou os senhores Conselheiros, tendo começado por elencar três áreas geográfica distintas, Venezuela, Reino Unido e Estados Unidos da América, onde a conjuntura afigura-se particularmente complexa. Sobre a Venezuela, referiu tratar-se de um tema reiterado na Assembleia na República, tanto na Comissão como no Plenário, dando nota do diálogo intenso e frequente que existe com o Governo sobre esta matéria. Manifestou a sua preocupação com a degradação contínua das condições naquele País, frisando que o GPPS está ciente desta transformação e que o Governo tem procurado dar a resposta possível dentro das limitações impostas pelo executivo Venezuelano, que, lembrou rejeita intervenções externas, mesmo aquelas que se inserem no âmbito da ajuda humanitária. Sublinhou que tanto Portugal como a União Europeia têm obrigações nesta matéria e que deve existir uma concertação de esforços na tentativa de assegurar uma resposta adequada à salvaguarda dos interesses dos Portugueses e restantes cidadãos de origem comunitária que residem na Venezuela. Mais disse que Portugal deve estar capacitado para acolher os cidadãos de origem portuguesa que optem por regressar, frisando que o Governo tem desenvolvido trabalho nesse sentido, não só a nível consular, mas também através de um conjunto de medidas de natureza social, entre outras. Referiu tratar-se de um tema transversal a toda a sociedade portuguesa, onde todos devem contribuir, dando nota da necessidade de algumas ordens profissionais assegurarem maior flexibilidade na integração de emigrantes que optaram por regressar, destacando o caso da ordem dos médicos dentistas, que, referiu, tem vindo a demonstrar falta de abertura para este tema, ao contrário do que se sucedeu com a ordem dos engenheiros, e que esta postura consubstancia-se numa falta de solidariedade e sensibilidade perante questões dramáticas como aquela em que vive a comunidade portuguesa na Venezuela. Continuou, reiterando a responsabilidade das instituições portuguesas em assegurar uma resposta adequada a este problema, nas suas diversas vertentes: saúde, educação, emprego e habitação. Sobre o Reino Unido, referiu que a inexistência de um acordo para o *Brexit* pode colocar em causa os interesses dos portugueses residentes naquele país, manifestando a mesma preocupação com a situação nos Estados Unidos da América, fruto das políticas adotadas pela Administração Trump no que concerne à emigração e naturalização. Sobre o regresso dos portugueses que residem no estrangeiro, disse esperar que o recente diálogo sobre a criação de condições necessárias a regresso condigno obtenha continuidade, promovendo uma mudança de atitude a nível nacional sobre esta temática. Concluiu, fazendo referência às alterações à lei eleitoral, frisando a necessidade de assegurar um elevado grau de participação da parte



das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, de forma a não desvirtuar o esforço efetuado por todos nesta matéria. Mais disse que, a verificar-se um aumento, em termos absolutos, do número de eleitores, já terá sido alcançado um objetivo bastante positivo, não obstante de ocorrer, em paralelo, um aumento da abstenção.

João Gonçalves Pereira (CDS-PP), que saudou e agradeceu a presença dos Senhores Conselheiros, sublinhando a importância do papel desempenhado pelo CCP no desenvolvimento de políticas dirigidas às comunidades portuguesas. Sobre a Venezuela, referiu que o GPCDS-PP tem acompanhado, com preocupação e proximidade, a situação naquele país, frisando, contudo, que o CDS-PP se recusa a proclamar preocupação com a comunidade portuguesa ali residente para depois, de forma aberta e pública, manifestar apoio a quem dirige a Venezuela. Referiu estar para breve a discussão e aprovação daquele que será o último orçamento de Estado desta legislatura, frisando a necessidade de clarificar em que medida é que algumas das preocupações e sugestões referidas pelo CCP, no decorrer da audiência, devem estar consagradas nesse orçamento. Concluiu, solicitando a opinião dos senhores Conselheiros quanto às suas expectativas sobre a adequação e eventual reforço da rede consular aos principais desafios sentidos na diáspora.

Paulo Neves (PSD), que saudou os Senhores Conselheiros, manifestando solidariedade para com os Portugueses que residem na Venezuela, e aludido ao enorme esforço financeiro que a região autónoma da Madeira tem vindo a desenvolver sobre esta matéria, que classificou de exemplar. Mais disse tratar-se de um problema europeu que requer soluções europeias, não podendo estas limitarem-se apenas a demonstrações de solidariedade, instando à apresentação de soluções concretas. Concluiu, referindo que o caso Venezuelano é também uma oportunidade para valorizar o talento daqueles portugueses que optam por regressar, dado serem um verdadeiro exemplo de empreendedorismo naquele país.

Carlos Páscoa (PSD), que saudou os Senhores Conselheiros, frisando que os programas existentes para a diáspora são, essencialmente, centrados no apoio a Portugueses originários, que a comunidade portuguesa residente no estrangeiro é constituída também por lusodescentes e que esta particularidade tem necessariamente que ser levada em conta, destacando o caso dos movimentos associativos. Sobre a Venezuela, deu nota de conversações com Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas sobre o programa



de Apoio Social a Idosos Carenciados (ASIC), referindo que este programa não está a produzir o efeito desejado naquele país, uma vez que o apoio é atribuído em moeda local, o que, face à desvalorização que se faz sentir, deixa de ser significativo. Mais disse ter sugerido ao senhor Secretário de Estado adaptar o ASIC às condições específicas na Venezuela, sugerindo que o pagamento do apoio seja efetuado em Euros.

Retomou a palavra o senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, para informar que o tema Venezuela é uma preocupação premente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e que esta permanecerá atenta a desenvolvimentos futuros. Sobre o voto eletrónico, referiu que o tema terá certamente mais desenvolvimentos, aludido ao caso francês, onde esta matéria é uma prioridade para o Presidente Macron. Sobre o regresso de portugueses, solicitou uma opinião quanto ao processo de atribuição de reformas, dando nota da existência de casos em que residentes na diáspora atrasam o seu regresso, chegando a aguardar ano e meio por uma resposta. No mesmo sentido e referindo-se à qualidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS), questionou os senhores conselheiros sobre casos em que emigrantes temem o regresso face às condições que encontram em Portugal na área da saúde pública.

Retomou a palavra o senhor Presidente do Conselho Permanente do CCP, **Conselheiro Flávio Alves Martins**, para convidar os senhores Deputados a estarem presentes na sessão de encerramento das atividades do CCP. Em resposta à senhora Deputada Carla Cruz, informou que a Comissão Temática responsável irá elaborar um documento com as propostas elencadas e proceder à sua divulgação junto dos diferentes Grupos Parlamentares. Sobre as alterações legislativas, frisou que a redução do abstencionismo é uma responsabilidade partilhada, não podendo recair apenas sobre as comunidades portuguesas no estrangeiro o encargo de assegurar maior participação. Mais disse que todos falham nesta matéria, Governo e Partidos Políticos, sugerindo que sejam criadas novas formas de promover a participação eleitoral. No que se refere à questão orçamental, informou que o CCP apresentou uma proposta de orçamento que ronda os 200.000€ e que aguardam resposta. Mais disse que o Conselho não tem conhecimento sobre o orçamento dos postos consulares, embora seja uma solicitação frequente o reforço de recursos humanos e material. Concluiu, dando nota da falta de informação que existe nas comunidades portuguesas residentes no estrangeiro quanto aos diferentes programas de apoio disponíveis.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor **Conselheiro Paulo Martins**, para reiterar que só através de trabalho conjunto é que será possível aumentar a participação eleitoral na diáspora, que os Conselheiros desenvolvem trabalho no terreno nesse sentido e que só com a participação ativa do Governo e do Parlamento é que será possível obter bons resultados. Reiterou também a necessidade de o Conselho ter uma representação na Comissão Nacional de Eleições. No que se refere às estruturas consulares, considerou que o salário dos funcionários não é aliciante ao recrutamento, referindo, a título de exemplo, o caso dos Estados Unidos da América, onde os procedimentos concursais ficam desertos.

Retomou a palavra o senhor **Conselheiro Fernando Topa**, para manifestar o seu agrado com a proposta de reativar cursos de formação na área do associativismo, frisando, contudo, que estes não devem ser politizados. Sobre o orçamento do CCP, referiu não existirem os recursos necessários a permitir a aproximação dos Conselheiros às comunidades portuguesas, razão pela qual é difícil mobilizar a população para participar em atos eleitorais. Concluiu, referindo-se à situação na Venezuela, dando nota de que o Governo já tem desenvolvido esforços no sentido de agilizar o ASIC, mas que é necessário fazer mais.

Seguidamente, interveio o senhor **Conselheiro António Freitas** para reiterar a necessidade de aumentar o orçamento do CCP de forma permitir aos Conselheiros deslocarem-se nos círculos eleitorais.

Tomou a palavra ao senhor **Conselheiro Rui Barata**, para reiterar que o combate ao abstencionismo é uma responsabilidade partilhada, frisando que a abstenção nas eleições legislativas, no território nacional, ronda os 45% e que, sem a implementação de políticas específicas à diáspora, não é viável esperar que a participação das comunidades portuguesas no estrangeiro ultrapasse os 20%. Referiu ainda que as alterações legislativas elencadas representam uma excelente oportunidade para proceder à atualização dos cadernos eleitorais.

Retomou a palavra o senhor **Vice-Presidente** da Comissão para agradecer aos Senhores Conselheiros e informar que a Comissão estará sempre disponível para trabalhar com o CCP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo ser consultado [aqui](#).

A reunião foi encerrada pelas 15 horas e 15 minutos, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de setembro de 2018,

O Vice-Presidente da Comissão,

(Carlos Alberto Gonçalves)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
José Cesário
Paulo Pisco
Carla Cruz
Carlos Páscoa Gonçalves
João Gonçalves Pereira
Paulo Neves